



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006398-09.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **LUCAS ARAUJO DA HORA**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Lucas Araújo da Hora propôs a presente ação contra a ré Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 13.500,00, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 19/10/2013.

A ré, em contestação de folhas 18/39, suscita preliminar de falta de interesse processual e de falta de pressupostos processuais. No mérito, requer a improcedência do pedido ou, no caso de procedência, que seja aplicada a tabela da Susep. Sustenta que, em caso de condenação, o termo *a quo* da correção monetária deve ser a data da sentença, enquanto que os juros de mora são devidos a partir da citação.

Réplica de folhas 56/62.

Decisão saneadora de folhas 79.

Laudo pericial de folhas 101/105.

O autor manifestou-se sobre o laudo pericial às folhas 109/110 e a ré às folhas 111/113.

Decisão de folhas 114 homologou o laudo pericial e encerrou a instrução.

Memoriais do autor de folhas 117/121 e da ré às folhas 122/125.

Relatei. Decido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

De início, reconsidero a decisão de folhas 126/128 posto que equivocada. Expeça-se mensagem ao senhor perito comunicando a desnecessidade da realização da perícia, uma vez que já realizada anteriormente.

As questões preliminares suscitadas por ocasião da contestação já foram afastadas por meio da decisão saneadora de folhas 79/80.

No mérito, procede a causa de pedir.

Pretende o autor o recebimento de indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00, em razão das sequelas sofridas por ocasião do acidente de trânsito do qual foi vítima, que, segundo ele, resultou invalidez permanente.

Todavia, o laudo pericial elaborado pelo IMESC, colacionado às folhas 101/105, concluiu que há dano patrimonial físico estimado em 10% da tabela Susep **(confira folhas 104)**.

Dessa maneira, o autor faz jus ao recebimento da quantia de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), a ser atualizada desde a data do acidente, acrescido de juros de mora a partir da citação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar ao autor, a título de indenização pelo seguro DPVAT, a quantia de R\$ 1.350,00, atualizada desde a data do acidente e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, a fim de não aviltar o exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 01 de outubro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**